

# Relatório admite bancos estrangeiros



FOTOS: Josemar Gonçalves

Para o ex-ministro, relatório será derrotado em plenário

A participação do capital estrangeiro no setor financeiro do Brasil será regulamentada por lei complementar, levando-se em consideração "os interesses nacionais, os acordos internacionais e os critérios de reciprocidade". Incluir este princípio em seu substitutivo foi a fórmula encontrada pelo deputado José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, para não acatar a proposta do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro, que proibia a operação de bancos estrangeiros no país.

Elaborada pelo deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da subcomissão, a proposta traria o risco de fechamento das agências brasileiras que funcionam no exterior. Diante das inúmeras críticas feitas ao seu anteprojeto, Gasparian já admitia, ontem o perigo de retaliações que a sua proposta ao texto constitucional poderia provocar. Mas não concordava em deixar a cargo da lei complementar a regulamentação da participação do capital estrangeiro no setor e mostrava-se decidido a lutar "por uma maior limitação na própria Constituição".

Gasparian, diante do substitutivo de Serra, recuou da posição agressiva contra o relator da comissão temática, assumida nos últimos dias. Estava satisfeito com o fato de ter sido extinta a necessidade de compra de carta-patente para abertura de novos bancos, pondo fim ao

## As inovações

- A permissão para bancos estrangeiros operarem no Brasil será decidida por lei complementar, observados "os interesses nacionais, os acordos internacionais e os critérios de reciprocidade".
- A emissão de moeda é da exclusiva competência do Banco Central, a quem será vedado conceder empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- O Banco Central poderá comprar e vender títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, para regular o mercado.
- Fica criado o Código de Finanças Públicas.
- As atividades de fomento são transferidas do Banco Central para o Banco do Brasil.
- Proibição da instalação de novas agências financeiras estrangeiras no país, até a regulamentação do setor por lei complementar.

"cartorialismo" do sistema financeiro e facilitando o surgimento de novas instituições no mercado.

As funções do Banco Central e do Tesouro Nacional estão claramente diferenciadas no substitutivo de Serra. A competência de emitir moeda fica exclu-

sivamente com o Banco Central, ao qual será vedada a possibilidade de conceder empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira. Mas, ao contrário do que propunha Gasparian, o Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, no mercado, para regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

Como inovação, no capítulo do sistema financeiro, o substitutivo de Serra cria, além da Lei do Sistema Financeiro Nacional (que regulamentará o capital estrangeiro), o Código de Finanças Públicas, que disporá sobre finanças públicas, dívida pública externa e interna, concessão de garantias pelas entidades públicas, emissão e resgate de títulos da dívida pública e fiscalização financeira. Nas disposições transitórias, determina que as atividades de fomento sejam transferidas do Banco Central para o Banco do Brasil, no prazo de 90 dias, e proíbe a instalação de novas agências financeiras estrangeiras no país e o aumento do percentual de participação do capital estrangeiro, até que seja criada a Lei do Sistema Financeiro, que fixará as condições.

Agenda — Amanhã e quarta-feira a comissão voltará a se reunir para debater o substitutivo e as emendas encaminhadas nos dois últimos dias quando serão corrigidas omissões antes da elaboração final do relatório que será entregue na segunda-feira.



## Relator recua sob pressão, diz Gama

O Nordeste e o Sul prometem muita briga na votação do substitutivo do deputado José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Considerada como "questão de honra" para a bancada nordestina, a exclusividade do Fundo de Participação (FPE) para os Estados menos desenvolvidos — proposta do anteprojeto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas — não foi mantida por Serra.

— "O relator recuou diante do discurso do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro", acusou o presidente da subcomissão, deputado Benito Gama (PFL-BA). Para ele, Serra cedeu às pressões dos governadores Pedro Simon (RS) e Moreira Franco (RJ) para que o repasse do FPE não fosse restrito aos Estados cuja renda per capita seja inferior à média nacional, o que excluiria ambos os Estados.

Em seu substitutivo, o ex-secretário do Planejamento de São Paulo no governo Montoro preferiu dedicar apenas 20% do total dos recursos do fundo para serem distribuídos aos Estados menos desenvolvidos. Os 80% restantes continuariam sendo transferidos a todos os Estados, sob os critérios usados atualmente, que levam em consideração receita e população.

— "Para o Nordeste, este é o ponto mais importante. Todos os substitutivos poderiam ser riscados, deixando apenas a exclusividade do FEP aos Estados mais pobres", protestou Benito Gama. Em coro, o relator da Subcomissão de Tributos, deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), teme que "o sistema tributário agrave os desequilíbrios regionais".

## Ordem Econômica

### Para Delfim, Severo cultua "estadolatria"

O relatório preliminar da Comissão da Ordem Econômica, elaborado pelo senador Severo Gomes (PMDB-SP), é um verdadeiro culto à "estadolatria", não leva em conta os pontos de vista aprovados nas subcomissões e coloca os interesses do Estado acima do interesse do cidadão.

A opinião é do ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, o deputado Antônio Delfim Netto, do PDS de São Paulo. Tido como conservador, o relatório do senador Severo Gomes poderá até resistir às discussões da Comissão da Ordem Econômica, mas será fatalmente derrotado nas votações de plenário, uma vez que conta apenas com 20 por cento dos pontos de vista dos constituintes.

"Existem pessoas que têm a doença da estadolatria, mas na Assembleia Constituinte são no máximo 20 por cento, que entendem que o Estado deve ser forte o suficiente para esmagar o cidadão. Mas pelo menos 80 por cento pensam ao contrário. Inclusive porque um Estado forte implica em maiores gastos na manutenção da máquina", diz Delfim.

O relatório de Severo Gomes, ainda no entender do ex-ministro, é muito imperfeito, mas "muito mais malandro" do que o relatório das sub-

comissões, elaborado pelo deputado Virgildásio de Senna. Mesmo assim, ele assegura que não vai apresentar nenhuma emenda, por considerar que já existem emendas demais.

Ontem, no primeiro dia de discussões, o relatório da Comissão da Ordem Econômica conseguiu a unanimidade: não agradou o progressistas nem a conservadores. Ambos os grupos consideram que as suas posições foram prejudicadas. Os progressistas consideram-no tímido no que diz respeito ao uso do subsolo e dos recursos minerais, enquanto os moderados acham que ele está ultrapassando os limites no que diz respeito a questões da terra ou na definição de empresa nacional.

O senador Severo Gomes diz que está disposto a discutir os seus pontos de vista com as duas correntes de pensamento, visando aperfeiçoá-lo. Mas, pelo menos o grupo conservador prefere transferir as discussões da sala do plenário de reuniões para os gabinetes. "Eles estão na cozinha, porque não há lugar na sala", critica a deputada Beth Azize, do Partido Socialista Brasileiro, do Amazonas.

Agenda — A Comissão da Ordem Econômica e Social continua recebendo emendas ao relatório preliminar do senador Severo Gomes. Hoje, haverá reuniões plenárias às 10 e às 17 horas.

## Votação será no final da semana

A Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Assembleia Constituinte vai votar, no final da semana, se os bancos estrangeiros poderão participar do mercado financeiro nacional. A votação vai opor o substitutivo do relator da comissão, deputado José Serra (PMDB-SP), que permite a operação dos bancos estrangeiros, ao anteprojeto aprovado há duas semanas pela subcomissão do Sistema Financeiro, que vedava essa participação.

O relator da subcomissão, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), disse ontem que vai reapresentar, em forma de emendas, os artigos do anteprojeto referentes aos bancos estrangeiros, que foram modificados por Serra em seu próprio relatório, apresentado no sábado

passado. Reapresentados por Gasparian, eles irão à votação da comissão, contra os artigos correspondentes do relatório de Serra. O resultado da votação estará sujeito ainda ao que decidirem a Comissão de Sistematização e o próprio plenário da Constituinte.

A Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças reuniu-se ontem de manhã, para a apresentação oficial do relatório. Não houve debates sobre o conteúdo do substitutivo. Os Constituintes se limitaram a ouvir uma exposição do relator sobre os princípios gerais de seu trabalho, e a discutir os prazos e a forma de apresentação de emendas. A primeira discussão do relatório de Serra ficou marcada para ontem à noite.



Serra traz inovações

## Sistema de Governo

### Juízes podem perder cargos vitalícios

O substitutivo do deputado Egídio Ferreira Lima, relator da Comissão do Sistema de Governo, divulgado ontem, determina que os futuros ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) servirão por 12 anos, sem direito à recondução ao cargo, e não mais em regime vitalício como ocorre com os atuais 11 ministros. Ele cria também o Superior Tribunal de Justiça e acaba com o Tribunal Federal de Recursos (TFR).

O parecer do deputado propõe a transformação do STF em uma Corte Constitucional, mas que apreciaria também os recursos relevantes avocados do Superior Tribunal de Justiça, que teria a função de interpretar a lei federal e unificar a jurisprudência no conflito entre os tribunais. Com a extinção do TFR os seus ministros passariam para o STJ, que, como as demais cortes superiores, à exceção do Supremo, manteriam o regime de vitaliciedade para os seus integrantes.

O Supremo Tribunal Federal teria seus quadros aumentados de 11 para 16 ministros, sendo que os cinco novos membros daquela Corte já ingressariam com um mandato tem-

porário de 12 anos, mantida a atual idade limite de 70 anos para a aposentadoria compulsória. Ao propor a temporariedade dos ministros do STF, o relator quis permitir Tribunal do país principal Tribunal do país a fim de que haja uma sintonia entre a justiça e a sociedade brasileira. A cúpula judiciária foi um dos capítulos que recebeu maiores alterações, perdendo somente para o sistema de Governo que passa do Presidencialismo para o Parlamentarismo, com um mandato de cinco anos. Quanto à extinção do TFR, Egídio Ferreira Lima justificou a medida alegando que o Tribunal tinha se tornado "um elefante branco".

Agenda: A Comissão reúne-se hoje, às 9h30 para iniciar a discussão do substitutivo do relator, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE). Amanhã haverá uma nova reunião destinada à votação dos recursos dos deputados José Genoíno (PT-SP) e Amaral Netto (PDS-RJ). Genoíno quer alterar a composição da Comissão de Sistematização, enquanto Amaral deseja impedir a condução dos relatores derrotados nas subcomissões ou nas comissões para a Sistematização.

## Organização do Estado

### Emendas propõem imediata criação de novos Estados

Os defensores da criação de novos estados voltaram a atuar com força na Comissão de Organização do Estado. Revoltados com o substitutivo do senador José Richa (PMDB-PR) — que não prevê a redivisão imediata do território nacional — eles apresentaram ontem emendas para a criação dos estados de Maranhão do Sul (MA), Santa Cruz (BA), Tocantins (GO) e Iguazu — desmembramento do oeste e sudoeste do Paraná e oeste da Santa Catarina. Foram apresentadas ainda emendas favoráveis à transformação dos territórios do Amapá e Roraima em Estados.

A única emenda que apóia o substitutivo de José Richa é de autoria do deputado Aloysio Chaves (PFL-PA) — relator da Subcomissão dos Municípios e Regiões. Ele considera a

redivisão territorial como «um assunto de transcendental importância para a vida da Federação», e por isso acha que deve ser estudado por uma Comissão de Redivisão Territorial.

Enquanto o substitutivo prevê o prazo de um ano para os estudos da Comissão de Redivisão, o deputado paraense entende que «esse prazo é muito curto». Assim, dilata o período de estudos e preparo do anteprojeto para três anos e concede ao Congresso Nacional dois anos para a tramitação e apreciação da matéria.

Agenda: Não há reunião. A secretaria da Comissão estará recebendo das 9 às 21 horas emendas ao substitutivo do senador José Richa que será apreciado na quinta-feira pelo plenário.